

XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007.

## **Nosotras: prisioneras políticas en Argentina (1974-1983).**

Mendes-Catani, Afrânio y Gilioli, Renato  
(Universidade de São Paulo, Brasil).

Cita:

Mendes-Catani, Afrânio y Gilioli, Renato (Universidade de São Paulo, Brasil). (2007). *Nosotras: prisioneras políticas en Argentina (1974-1983)*. XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-108/679>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

XI° JORNADAS INTERESCUELAS/ DEPARTAMENTOS DE HISTORIA

Tucumán, 19 a 22 de Septiembre de 2007-07-07

Título: **Nosotras: prisioneras políticas en Argentina (1974-1983)**

Mesa Temática Abierta 77: **Formas de reconstrucción del pasado reciente. Historia y memoria de las dictaduras en Argentina y el Cono Sur.** Coordinadoras: Profa. Dra. Patricia Funes (UBA/IIGG); Profa.Dra. Patricia Flier (UNLP/CISH)

Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Educação (FE), BRASIL

Autores: **MENDES-CATANI, Afrânio**, Profesor Doctor, Investigador. Dirección: Rua São Vicente de Paulo, 401, ap. 34, Santa Cecília, São Paulo-SP, Brasil, CEP 01229-010, (5511) 3663-1608, amcatani@usp.br

**GILIOLI, Renato**, Alumno de posgrado. Dirección: Rua Dr. Fabrício Vampré, 175, apto. 101, Vl. Mariana, São Paulo-SP, Br., CEP 04014-020, (5511) 3554-5251, resopogi@uol.com.br

Este trabalho tem por objetivo continuar a reflexão de um texto apresentado em 2003 nas Jornadas de Córdoba, a respeito de duas memórias de presos políticos (Argentina e Brasil) nos anos 70<sup>1</sup>. Assim, pretendemos analisar algumas dimensões de *Nosotras, presas políticas: obra colectiva de 112 prisioneras políticas entre 1974 y 1983* (2006), livro coordenado por Viviana Beguán e que é focado, em grande medida, no presídio de Villa Devoto.

Villa Devoto foi um notável símbolo na história política da Argentina na década de 1970. Desde a ditadura de 1966-73 (a “Revolução Argentina”), liderada até 1970 por Juan Carlos Onganía, o presídio foi destinado a presos de organizações armadas de esquerda. No entanto, a ditadura sofreu severos desgastes, sobretudo a partir do Cordobazo (1969), que impulsionaram a substituição de Onganía em 1970 e, 2 anos depois, a distensão política, realizada sob o governo do general Alejandro Lanusse (1971-73). Em 1972, o regime promoveu a transição à normalização democrática, com a convocação de eleições a serem

---

<sup>1</sup> CATANI, Afrânio M. Dos memorias de presos políticos. Argentina y Brasil, años 70. In: *IX Jornadas Interescuelas – Departamentos de Historia*. Córdoba: GT “Formas de reconstrucción del pasado reciente. Historia y memoria de las dictaduras en Argentinas y el Cono Sur”, IX Jornadas Interescuelas, 2003. O texto também foi publicado no Brasil, com acréscimos, sob o título “Duas memórias de presos políticos: Argentina e Brasil (anos 1970)”. In: *Margem Esquerda – ensaios marxistas*, São Paulo, Boitempo Editorial, nº 7, p. 113-130, maio 2006.

realizadas no ano seguinte. A pressão por mudanças institucionais era crescente, verificando-se a ascensão dos movimentos populares e de ações guerrilheiras de vulto.

Apesar da abertura política, os militares não deixaram de lado o combate aos opositores, tendo sido o Massacre de Trelew (assassinato de presos políticos de esquerda em Rawson em 22 de agosto de 1972) exemplar nesse sentido. No entanto, ações como essa produziram ainda mais antipatia da sociedade civil à ditadura. O massacre impulsionou a campanha eleitoral de 1972 a favor do candidato peronista, Héctor Cámpora, que foi eleito em 11 de março de 1973, momento do triunfo da transição para a democracia e da oposição ao regime militar até então vigente. No mesmo dia, suspendeu-se a proibição às manifestações populares. Pouco tempo depois, em 25 de maio de 1973, logo após as comemorações da posse de Cámpora, a multidão dirigiu-se a Villa Devoto para exigir a libertação dos presos políticos. “Luego de apresuradas negociaciones, Cámpora resolvió firmar el indulto presidencial otorgando la amnistía general a los presos políticos, que sería aprobada dos días después por el parlamento”<sup>2</sup>. O fato ficou conhecido como “Devotazo” e foi caracterizado por um senador peronista como “a segunda tomada da Bastilha”. Villa Devoto tornou-se, portanto, um símbolo da legitimação da resistência à ditadura militar de 1966-73.

Foi a partir desse quadro de referência que se constituiu a história das prisões políticas do período posterior, contada em *Nosotras, presas políticas: obra colectiva de 112 prisioneras políticas entre 1974 y 1983*<sup>3</sup>. A obra resgata vivências das presas políticas argentinas durante uma década, escrita coletivamente a partir de cartas<sup>4</sup> e relatos das prisioneiras. O centro da narrativa é Villa Devoto, reativado como presídio político em 1974 e que começou a ser reorganizado para se destinar exclusivamente às mulheres desde fins de 1975, mas assumiu essa função com transferências massivas de setembro a dezembro de 1976 (p. 107). Embora tenha sido reativado pelo aparato repressivo do Estado antes mesmo do golpe de Estado de 1976, Villa Devoto continuou representando um símbolo de resistência à opressão.

---

<sup>2</sup> SVAMPA, Maristella. El populismo imposible y sus actores. In: JAMES, Daniel (dir.). *Nueva Historia Argentina, 1955-1976 – v. IX*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003, p. 8. <http://www.maristellavampa.net/archivos/ensayo25.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2007.

<sup>3</sup> BEGUÁN, Viviana et al. (coord.). *Nosotras, presas políticas: obra colectiva de 112 prisioneras políticas entre 1974 y 1983*. Buenos Aires: Nuestra América, 2006. As páginas citadas ao longo do texto sem remeter a uma nota de rodapé com a referência bibliográfica são todas referentes a este livro.

<sup>4</sup> Conforme esclarece a coordenadora do livro em entrevista ao periódico da ADUBA, “las cartas expresan mucho de nuestros sentimientos como el amor por la familia, fundamentalmente por nuestros hijos y la forma que teníamos de resolver la vida cotidiana colectivamente. Muchas ex presas políticas colaboraron aportando sus cartas, así llegamos a juntar 2400, de las que una vez leídas, seleccionamos 500 que se encuentran en el CD de este libro” (ADUBA. Entrevista a Viviana Beguán: “era necesario completar esta cara de la historia”. In: *Catedra Abierta – Boletín Informativo*, Buenos Aires, Asociación Docente de la UBA, n° 34, ago./sep. 2006, p. 12-13. <http://www.aduba.org.ar/Revista%20Aduba.pdf>. Acesso em 5 jul. 2007).

Não parece ter sido à toa, portanto, que essa prisão tenha sido escolhida pelos militares para o governo manter uma fachada, diante de organismos internacionais de direitos humanos, para tentar mostrar que o regime tratava os opositores com dureza, mas que preservava algum grau de legalidade em suas ações de combate aos opositores de esquerda. A concentração de mulheres nessa instituição “modelo” (conforme caracterizavam-na os militares), comparativamente menos rigorosa do que outros presídios, também pode ser interpretada como um gesto “teatral” do regime no sentido de oferecer “melhores” condições às mulheres, o que poderia transmitir uma aparência mais humanitária àquele Estado policial.

Ao mesmo tempo, a utilização de Villa Devoto não deixava de ser uma mensagem interna aos presos políticos – e potenciais a outros opositores e simpatizantes – de que o modelo de repressão da ditadura anterior estava sendo “resgatado”, sofisticado e recrudescendo. Mesmo assim, as detidas não deixaram de afirmar sua presença no presídio como um ato de resistência que remetia às lutas democráticas e populares que culminaram no “Devotazo”. Essa postura, gestada coletiva e cotidianamente, significava transformar a vida na prisão, uma instituição de força destinada à submissão dos internos e ao controle social, em um gesto político de libertação. As repercussões desse ato político foram contínuas durante o regime militar, mantiveram-se através dos laços entre as ex-detidas após o fim do período em que viveram no cárcere e chegam até os dias de hoje, sendo o livro publicado uma consubstanciação desse longo e doloroso processo.

Na leitura, percebe-se que escrever sobre o assunto ainda é algo delicado para as mulheres que passaram por tal experiência. O medo de “testemunhar”, mesmo que sob a forma de relato histórico, se mantém na atualidade, visto que várias testemunhas judiciais que se pronunciam ainda hoje contra torturadores e militares da ditadura tornam-se vítimas de seqüestros, ameaças e outras ações graves perpetradas por grupos clandestinos de direita. O distanciamento de cerca de 15 anos entre o fim da maioria das detenções e a idéia de elaborar o livro (iniciativa que começou em 1999) é outro sinal disso, somados a uma escrita *coletiva* (e não individual), capaz de criar sensação de maior segurança entre as ex-prisioneiras para expressarem seus sentimentos, lembranças e dilemas relacionados ao vivido naquela época.

Da mesma forma, nota-se a ausência da menção explícita a estupros e, especialmente, às terríveis ações perpetradas de subtração dos bebês das prisioneiras políticas, privação de suas identidades originais e encaminhamento clandestino para a adoção por novas famílias (muitas vezes dos próprios militares). O destino obscuro de mais de 500 bebês de presas políticas (até hoje menos de 90 dessas vítimas descobriram suas famílias biológicas) é um tema que sensibiliza a sociedade argentina e a opinião pública internacional até o presente. Os

relatos das ex-detidas que escreveram *Nosotras* se referem apenas ao fato de que podiam ficar com seus bebês apenas durante alguns meses na prisão, sendo as crianças separadas das mães posteriormente. Algumas mencionam que esses bebês ficavam depois com os avós. É fácil entender que as cartas de época não contivessem tais informações, devido à repressão. Todavia, não tocar no assunto neste livro de 2006, ao longo de quase 500 páginas, sugere o trauma profundo e coletivo que a repressão do regime proporcionou às autoras e à sociedade.

Diante dessas considerações iniciais, analisaremos aspectos gerais de como os presídios pelos quais as mulheres passaram – com destaque para Villa Devoto – funcionavam e se estruturaram, destacando algumas dimensões específicas: o ingresso no sistema prisional, as regras impostas e as resistências a elas, a maternidade naquelas condições e a libertação. Organizadas como instituições totais que tinham o intuito de “limpar” a sociedade da “ameaça subversiva”, trouxeram marcas indelévels para as internas, que sob o signo das privações, das torturas, das pressões constantes e eram continuamente rodeadas pela perspectiva de execução. Como ponto de apoio para a reflexão, utilizaremos elementos pontuais da teorização de Erving Goffman em *Manicômios, prisões e conventos*<sup>5</sup>.

## **O ingresso na prisão**

Em linhas gerais, Goffman define instituições totais como aquelas em que os internos não podem dispor do arbítrio de sair delas quando queiram e onde não há separação entre o público e o privado. Ou seja, a equipe dirigente (no caso, agentes carcerários, corpo burocrático da prisão, policiais e militares) tem a possibilidade de vigiar as atividades dos internos e puni-los a qualquer tempo. Para além desses elementos, destaca-se também a mutabilidade das regras, variante de acordo com o desejo de repreensão dos algozes, de modo que é praticamente impossível obedecer, afinal qualquer conduta pode ser passível de ser caracterizada como “desviante”. Por fim, Goffman identifica a “mortificação do eu” como um processo típico das instituições totais, na qual a identidade individual dos internos é constantemente negada pela equipe dirigente.

O ingresso no sistema penal era traumático. As detenções geralmente eram realizadas durante a madrugada. Homens da repressão policial e parapolicial, em trajes civis, invadiam casas, encapuzavam os detidos e os seqüestravam, levando-os em viaturas amarrados pelas mãos – e, às vezes, também pelos pés – e, em seguida, encaminhando-os a uma delegacia, à

---

<sup>5</sup> GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

polícia federal ou a alguma casa destinada a interrogatórios. Este era o momento em que eram travados os primeiros contatos com a tortura física e psicológica (p. 35). De acordo com um relato de 1974, ainda sob regime oficialmente democrático, após as torturas,

llegar a la cárcel era el “final feliz” de la espantosa secuencia. Era entrar en la legalidad y por lo tanto significaba la posibilidad de sobrevivir. En principio, después de varios días, a veces semanas, uno podía ducharse, dormir en una cama, tomar un mate caliente, comunicarse con la familia y, por sobre todo, encontrarse con las caras amistosas de aquellas compañeras que ya estaban detenidas. (...) Pero llegar a la cárcel también significaba separarse de la familia, los hijos, los maridos, los padres, hermanos, compañeros de militancia o de trabajo, de amigos y de vecinos. Separarse de los afectos, del entorno social, de todo lo que era nuestra vida (p. 37).

Destaca-se, além das violências, a separação do mundo externo. Se a prisão era o ingresso legal no sistema, ficando as prisioneiras à disposição do Poder Executivo Nacional (PEN), significava também o desenraizamento social. Era o momento em que o detido deixava definitivamente a vida civil aberta para se tornar interno, sob novas regras. Apesar das dificuldades, nesse ano ainda era permitido o contato com parentes e os “desaparecimentos” não eram sistemáticos, tal como se tornaram a partir do golpe de 1976. Ana Romero, com 15 anos em 74, descreve que, após ser levada a uma delegacia em Tucumán, passou 3 dias sendo interrogada e espancada. Depois foi levada para a Escuelita de Famaillá, local famoso pela brutalidade das torturas, onde

(...) el ingreso fue durísimo: logo de desnudarnos a cada uno de los detenidos nos revisaron cada centímetro de nuestro cuerpo, nos colocaron unas esposas que se ajustaban al más mínimo movimiento, nos ataron los pies y nos colocaron vendas muy ajustadas en los ojos, todo bajo al amenaza de volar nuestras cabezas ante el menor movimiento raro.

Pasé toda noche parada, sin tomar un sorbo de líquido. Por la mañana nos pusieron al sol, con una música muy fuerte. Unas horas después ingresé a la cama de tortura, me ataron los pies y las manos como si estuviera estaqueada, abrieron mi pantalón y mi camisa y comenzaron a picanear mis pechos, mis manos, la cabeza... el dolor era intenso. No podía respirar. Quería llorar y no podía. Quería gritar y no podía. El aire me faltaba” (p. 61).

A despersonalização refletia-se, conforme esse relato, não apenas no fato de estar à disposição dos captores e da instituição total, mas também na proibição de manifestar o sentimento de estar sendo torturada. Um caminho comum a muitas prisioneiras era passar por uma instituição “intermediária” para, finalmente, serem detidas em presídios. “Villa Devoto se ‘reinauguró’ cuando Ana, Carlota y Pety ingresaron en [febrero de] 1974 [seguidas de más 3 o 4]. Fueron las primeras mujeres que volvieron a transitar sus pasillos después de la liberación de los Presos Políticos del año 73 [o “Devotazo”]” (p. 40).

Em fins de 1975, começaram a chegar notícias entre os presos políticos sobre Villa Devoto. Irma Antognazzi conta que “habían llegado rumores al sótano (de la Alcaidía de la Jefatura de Policía de Rosario [onde estava detida]): estaban concentrando a todas las prisioneras políticas del país en Villa Devoto” (p. 74). No entanto, as transferências em massa ocorreram apenas em fins de 1976. Antognazzi permaneceu de agosto a dezembro de 75 nas dependências da polícia e depois foi levada para Devoto. Apesar das violências e da opressão, as mulheres que permaneceram presas em Rosario sofreram “la feroz represión de torturas, desapariciones y muertes después del golpe de marzo de 1976” (p. 75). Por isso, a transferência para Devoto era preferida à permanência nas instituições “intermediárias”.

Villa Devoto chegou a ter 1200 prisioneiras políticas. Olmos tinha apenas cerca de 20 mulheres em 1975, mas logo passou a ser destinada somente a elas, chegando ter até 300 prisioneiras, quase todas do interior da Província de Buenos Aires. Olmos foi desativada em 1976 e as detidas foram transferidas para Devoto<sup>6</sup>. Aliás, em Devoto, “antes del golpe militar éramos alrededor de 160. A mediados del 76 ya habíamos duplicado esa cifra. No había camas para todas y el hacinamiento agravaba las condiciones en las que estábamos” (p. 106).

No entanto, a imagem que o regime tentava transmitir do presídio era outra:

Villa Devoto era (según ellos) la cárcel más segura del país. (...)

Un penal organizado en secciones administrativas: de requisa, educación, seguridad, judiciales, asistencia espiritual, asistencia médica, hospital. Divisiones que conformaban, desde el punto de vista burocrático, una institución sólida y organizada, que cumplía todas las condiciones para ser mostrada (p. 112).

---

<sup>6</sup> Beguán, *op. cit.*, p. 127; KOUTZII, Flávio. *Pedaços de morte no coração*. Porto Alegre: L&PM, 1984, p. 26.

Como fica claro, esta prisão “modelo”, conforme a visão oficialista, tinha o objetivo de forjar uma fachada de legalidade e de aparente “democracia”, sobretudo para o público externo, que viria a “desmascarar” a brutalidade da repressão sobretudo desde a realização da Copa do Mundo de Futebol de 1978 (utilizada internamente para reforçar o apoio à ditadura), quando a imprensa estrangeira enviada para cobrir o evento foi recebida com leis rígidas de censura. Foi nessa ocasião que as denúncias de desrespeito aos direitos humanos e grupos como as Mães da Praça de Maio – também conhecidas como “as locas”, por desafiar o regime –, que vinham protestando desde o ano anterior contra os “desparecimentos” de seus filhos, ganharam visibilidade internacional (p. 307), representando o início do fim do regime, ainda que o processo tenha sido finalmente se precipitado com boa parcela de contribuição da derrota na Guerra das Malvinas. Todavia, antes do regime começar a mostrar sinais de enfraquecimento, Villa Devoto foi uma vitrine que os militares desejavam apresentar como uma instituição eficiente, organizada e supostamente “limpa” de violações de direitos humanos. No entanto, era uma instituição total e não deixava de utilizar, como tal, a violência e a tortura física e psicológica para tentar subjugar suas prisioneiras.

### **Regras e resistências**

Conforme adverte Goffman, as regras das instituições totais são elaboradas para serem impossíveis ou difíceis de serem cumpridas, de modo que o interno fique sujeito à penalidades que variam de acordo com o grau da “desobediência”. Nos presídios políticos argentinos, as regras quase sempre não eram escritas. Era o caso de Villa Devoto. Os *recreos* eram limitados, objetos pessoais eram por vezes confiscados. No entanto, não se fazia isso apenas de acordo com regras que caracterizasse o tipo de objeto. Uma das presas relata que os guardas penitenciários subtraíam-lhes, por exemplo, as melhores roupas, deixando as piores, assim como com outros pequenos objetos e bens que as internas conseguiam. O objetivo era, claramente, a “mortificação do eu”, como sistematiza Goffman: mostrar através da força que as prisioneiras não teriam controle de seu próprio destino e que estavam privadas de escolhas.

El tratamiento que nos daban a las personas allí detenidas apuntaba a hacernos desaparecer como seres humanos, a lograr nuestra desintegración, a que perdiéramos nuestra identidad (éramos un número). Estábamos aislados: no podíamos hablar, teníamos vendas en los ojos, teníamos las manos y los pies esposados, y era absolutamente imposible cualquier contacto con el mundo exterior, incluidos la luz y



los prisioneros que compartían el lugar. No nos decían que día era, ni qué hora era, y trataban de confundirnos aún más diciendo mentiras. Éramos tratados como cosas, siempre con el telón de fondo de la muerte. Hacían total uso del poder para hacernos sentir la muerte: la proximidad de nuestra muerte, o la de los otros prisioneros, o la de nuestros familiares (p. 160).

Apesar dos rigores, Flávio Koutzii destaca que em Villa Devoto (ao menos até meados de 1975) e La Plata era possível ler algo, ao contrário da maioria das prisões, nas quais não era permitida a leitura ou, no máximo, disponibilizava-se a Bíblia.

Teníamos bastante bibliografía porque siempre les pedíamos a nuestros familiares material de estudio sobre aquellos temas en los que queríamos profundizar y que, junto con los diarios y revistas de libre circulación y la radio, nos permitían estar informadas y tener una vida intelectual y políticamente ativa.

En el transcurso del día armábamos grupos de estudio. Contábamos con dos recursos fundamentales: los libros y la memoria. Realizábamos cursos de economía, de historia argentina o internacional, táctica y estrategia, lectura y archivo de diarios. Estos últimos eran material muy preciado para el análisis de la situación política y para la previsión de lo que nos podía ocurrir (p. 52).

No entanto, a tortura psicológica, a tentativa de quebrar o moral, de estimular dissensões entre as detidas e de responsabilizar individualmente (e não coletivamente) eram constantes. Em especial, qualquer atitude assumida coletivamente era passível de severas punições, essencialmente o enrijecimento das normas disciplinares e a perda de “privilégios”, como a duração de horas dos *recreos*. No período do regime militar, a política de divisionismo dos opositores políticos se intensificou:

Nos dividieron en tres grupos que denominaron: “Irrecuperables”, “en vías de Recuperación” y “Recuperadas”. Esta división, según ellos, estaba basada en nuestra peligrosidad. En realidad lo que ellos llamaban peligrosidad estaba directamente relacionado con dos cuestiones: la actitud de cada una frente al reglamento y el arrepentimiento de nuestras ideas (p. 215).

Uma das práticas coletivas das detidas foi a eleição de “delegadas” para encaminhar as reivindicações por melhores condições de reclusão – cada vez maiores conforme a rigidez dos regulamentos recrudescia –, medida que era alvo de irritação por parte da equipe dirigente:

(...) designábamos a una compañera que expresara nuestros pedidos ante las autoridades em representación de todas: la delegada. (...)

Esta modalidad fue incorporada naturalmente, no sólo porque algunas de nosotras habíamos sido delegadas fabriles o estudiantiles, sino porque también contábamos con la experiencia transmitida por los presos políticos de la dictadura anterior. De esta manera, fundamentalmente, expresábamos el carácter político de nuestra permanencia en la cárcel (p. 117).

Até meados de 1975, quando começou a ser aplicado um regulamento de “segurança máxima”, a capela de Villa Devoto era utilizada para encontro com familiares. Depois houve um endurecimento das regras, com menos dias de visitas e com possibilidade de troca irrestrita de correspondência apenas com familiares próximos, que tinham que comprovar o vínculo. No entanto, cartas à família podiam expor aqueles que se encontravam livres ao cárcere e mesmo à morte. Por outro lado, era permitida comunicação escrita entre as prisioneiras. Um certo afrouxamento no regulamento iniciou-se apenas em 1977, quando as cartas não mais restritas aos familiares voltaram a ser permitidas.

Com o endurecimento da repressão, ainda antes do golpe de 1976, as regras de Villa Devoto se tornaram mais severas. A leitura foi proibida. O trabalho manual, antes permitido, também foi proscrito, desaparecendo por muito tempo essa atividade. O golpe, então, trouxe regras verdadeiramente “militarizadas” ao presídio. Paralelamente, em 24 de março, quando a Junta tomou o poder e fez o anúncio pelo rádio, o vice-diretor de Villa das Rosas (Salta), Néstor Eusebio Singh, “dijo a viva voz: ‘Acá se acabo lo que se daba. Ahora van a saber lo que es bueno. Se acabaron los privilegios’. Aquellas palabras dejaron expectantes a las mujeres” (p. 173). Em Devoto, a situação piorou a partir de meados do ano:

Octubre no venía bien para nosotras. A los pocos días, los varones que aún permanecían en Devoto fueron enviados a distintos penales. Esto fue tremendo. Un nuevo desgarramiento afectivo porque, aunque no podíamos verlos, era bueno saber que estaban allí. Nos sentíamos acompañadas aun a la distancia. Pero se los llevaron.

(...) establecieron un régimen de 17 horas de encierro en las celdas, con dos recreos internos (uno de 9 a 12 y el otro de 15 a 18) y 1 hora de recreo externo (p. 108).

Estas e outras imposições de regras – baseadas no silêncio, nas posturas, em revistas, no controle rigoroso dos horários das atividades e nas torturas – eram, essencialmente, uma resposta a protestos carcerários e a ações guerrilheiras externas. Alternativamente, eram não mais do que um método para reafirmar a imposição da força aos internos na instituição.

Mesmo por ocasião da abertura política, a tendência de regras menos duras era contrarrestada por retrocessos. Em 1981, as dissensões entre os militares e o desgaste do regime impulsionaram a reorganização dos partidos – apesar da proibição a eles ainda não ter sido levantada – e uma greve geral da CGT. A despeito desse clima, o verão de 1982 foi difícil, pois diante de um calor acima da média para a época, não foi permitido às prisioneiras de Devoto tirar os agasalhos dos uniformes. O retorno à institucionalidade democrática só se daria em 1983, com a eleição de Raúl Afonsín. O número de detidas em Devoto já havia diminuído sensivelmente, mas só em 1984, ano em que ocorreu a unificação da CGT, quase todas as prisioneiras políticas de lá foram transferidas em meados de fevereiro para Ezeiza e logo libertadas (embora a última reclusa em Devoto tenha permanecido até 1987).

Assim como em sociedades tipicamente fascistas, tentava-se estender, em grande medida, a lógica intramuros das prisões à sociedade aberta. Todo indivíduo ou grupo que caía nas garras da instituição total recebia punições conforme a ação da coletividade. Desde um atentado a um delegado de polícia até uma greve ou movimento social qualquer motivavam a perpetração de castigos físicos aos detidos políticos como “resposta”. Por sua vez, fugas e rebeliões nas prisões eram motivo de represálias estatais contra as famílias dos detidos e contra grupos opositores. A sociedade civil era vista pelos militares a partir de uma visão organicista, na qual o “corpo doente” deveria ter suas partes “degradadas” extirpadas ou “recuperadas” (a morte e a tortura eram os principais meios para tanto) para promover, assim, sua “regeneração”. A “avaliação” indivíduos/grupos que compunham as “partes degradadas” do organismo social eram, no entanto, bastante amplas: diversas pessoas eram presas sem ter conexão alguma a atividades políticas, sem serem simpatizantes de movimentos sociais ou partidários e, por vezes, simplesmente tornaram-se vítimas do regime porque algum familiar era suspeito de envolvimento com a “subversão”.

Uma famosa frase do general Ibérico Saint-Jean, interventor da província de Buenos Aires, expressa paroxisticamente a idéia dos militares: “Primeiro, nós mataremos todos os subversivos; depois aqueles que colaboraram com eles; depois os simpatizantes; depois os

indiferentes e, por fim, os tímidos”<sup>7</sup>. A declaração foi citada por Koutzii, preso político brasileiro detido na Argentina em La Plata (1975-78), Rawson (1978-79), Coronda (durante pouco menos de 5 meses em 1979) e Caseros (por mais um mês em 1979). Sua mulher ficou presa em Olmos e Devoto, sendo depois libertada e em seguida exilando-se em Paris.

A atividade de registro dos traslados de militantes (para o que eram necessários papel e canetas) por parte dos prisioneiros tornou-se ainda mais relevante durante o período ditatorial (chamado pelos militares de “Processo de Reorganização Nacional”, 1976-83). Isso porque o regime utilizou sistematicamente – o que já se fazia em menor escala antes do golpe – o método de “desaparecimento” em massa dos opositores, seguindo, nas próprias palavras do general Videla, as instruções dos manuais de contrainsurgência e repressão utilizados nas guerras da Argélia e do Vietnã<sup>8</sup>. Os “desaparecidos” não eram oficialmente vivos ou mortos, isto é, não tinham *status* jurídico definido. Desse modo, produzia-se um desconhecimento oficial acerca da situação desses prisioneiros e criavam-se entraves para a consecução de possíveis processos que permitissem, ainda que posteriormente, apurar e punir os responsáveis pelo terror de Estado.

Contra a arma estatal de “apagar da história” os opositores ao regime militar, os prisioneiros utilizaram-se do registro e da memória, muito valorizados desde o confinamento nos cárceres e campos de concentração, passando pelo período de redemocratização e chegando à atualidade. A obra *Nosotras...* é um retrato desse combate através da preservação da memória. Durante a ditadura, um dos esforços dos prisioneiros era se tornar um detido oficialmente reconhecido e registrado, assim como o receio é que fossem trasladados para Centros Clandestinos de Detenção (CCDs). Havia prisões legais (como Villa Devoto) e os CCDs, divisão do aparato repressivo característica da ditadura instaurada em 1976:

Una verdad empezaba a revelarse: nosotras, en los años anteriores, habíamos sido víctimas de secuestros y detenciones en lugares que no podíamos identificar, pero eran sólo algunos casos. Ahora estábamos conociendo la existencia de verdaderos centros clandestinos de detención en todo el territorio de nuestro país. Las compañeras habían estado allí y en esos lugares quedaban muchos, muchos más. Estaba en marcha y a pleno la concreción de la siniestra política enunciada en los discursos militares, [de] (...) “Cercos y Aniquilamiento a la Subservisión”.

---

<sup>7</sup> Koutzii, *op cit.*, p. 88.

<sup>8</sup> SEOANE, María. *El dictador*. Buenos Aires: Sudamericana, 2001, p. 215.

Para concretar la política de “cerco y aniquilamiento” crearon tres tipos distintos de lugares de detención, algo que no registraba antecedentes históricos: por un lado, las cárceles clandestinas como centros de exterminio. Por otro, las cárceles que podríamos llamar semi-legales, [con] detenidos reconocidos, “legales”, pero aún así disponían de su vida y su integridad física. Y, por último, las cárceles legales, como la nuestra.

Para nosotros, para los presos legales, tenían el propósito de aislarnos de nuestra familia, desarraigarnos de nuestro lugar de origen y, de esa manera, destruirnos moral y físicamente. Para esto, desde el Ministerio del Interior determinaron la política de “Centralización, Aislamiento, Desarraigo y Destrucción” (p. 100).

Parte desse processo, após o golpe militar de março de 1976, consistia em submeter os presos a “penas secretas”, cuja duração não era informada com o intuito de desgastá-los. Periodicamente, os militares divulgavam listas de libertados. Ainda assim, estas atingiam apenas aqueles sob a guarda do Poder Executivo Nacional (PEN), não sendo beneficiados os julgados por tribunais ordinários e militares. Além disso, nem mesmo o fato de estar nas listas garantia a integridade física, pois muitos libertados nunca mais foram vistos.

Em alguns cárceres, já após o golpe de 1976, a punição era a exigência de que as detentas escolhessem algumas de suas companheiras para serem executadas, caso contrário a escolha seria feita pelos agentes da repressão. O disponibilização de alimentos bem preparados e “sofisticados” – para os padrões humilhantes da prisão – durante as greves de fome e a oferta de saída do “calabozo”<sup>9</sup> para uma dentre algumas prisioneiras que estavam nessa condição eram tentativas de quebrar a solidariedade das detidas.

Mesmo com todas as pressões, a postura adotada era a resistência. As principais modalidades em que ela se expressou foram a guarda de pequenos objetos no bolso, a execução de trabalhos manuais (mesmo quando proibidos), ginástica, leitura e estudo, a “biblioteca” (livros escritos em miniatura e escondidos nos corpos), contar filmes, dançar, encenar teatro, ouvir e rádio e transmitir as informações por código Morse, trocar mensagens, fazer discussões políticas, realizar atividades de contra-vigilância da equipe dirigente. No âmbito das ações coletivas, tem-se o exemplo das solitárias, das quais se recusava o retorno às celas comuns enquanto se sabia que outras companheiras permaneciam encerradas nessas

---

<sup>9</sup> Esses “calabozos” descritos eram solitárias em Salta: “pequeños, de 2X1, oscuros, húmedos, frios (...). No tenían absolutamente nada adentro. La puerta, sin mirilla ni pasa-plato, permanecía cerrada todo el día y sólo se abría para sacarnos al baño. Allí adentro el tiempo corría sin saber si era de día o de noche, si hacía frío o calor. Nos orientábamos con la entrega de las comidas (desayuno, almuerzo, merienda y cena), la del colchón y la manta a las 22, y su retiro a las 6 (p. 209).

condições extremas. Em um desses protestos, os agentes penitenciários se curvaram à insistência das detidas e acabaram levando todas as que estavam nessa condição novamente às celas comuns.

Sem embargo, manter a coesão e a integridade era sempre um exercício penoso diante de condições tão dramáticas. Por esse motivo, experiências anteriores foram fundamentais para a resistência, especialmente no início:

(...) No teníamos experiencia alguna pero, basándolos en lo que sabíamos por los presos políticos de la dictadura anterior, nos pusimos a revisar todos los recovecos para intentar comunicarnos con los compañeros que estaban en la cárcel. Vaciamos de agua las letrinas, buscamos cañerías que nos conectaran... y ¡nada! Estábamos lejos de los pabellones donde los tenían a ellos.

Los primeros presos con los que pudimos comunicarnos fueron los contraventores, quienes nos llevaban la comida. Ellos fueron (...) los que nos narraron hazañas de la otra época y los que nos traían noticias de los compañeros (p. 41).

As prisioneiras dividiam as tarefas (faxina, cozinha, trabalho manual etc.) e repartiam igualmente os poucos recursos financeiros obtidos. Era, de fato, a organização de uma espécie de “mini-sociedade” das internas – ou seja, uma ação coletiva – para que fosse possível responder aos desafios diários que eram enfrentados nos cárceres. Nesse contexto, a autodisciplina e a atenção máxima dada às poucas possibilidades de comunicação entre as prisioneiras (proibida e punida se verificada pela equipe dirigente) eram fundamentais.

Nora Maggi relata a solidariedade da prisioneira Cachita em Olmos, uma senhora de cerca de 60 anos levada em lugar de seu filho, que não estava em casa e era o verdadeiro procurado pelas forças parapoliciais. Assim como havia o sofrimento do ingresso nas prisões, havia também a resistência moral, psicológica e coletiva dos detidos. Isso se expressou também em Olmos: a prisioneira Stella conseguiu fazer com que um violão chegasse a ela. Na unidade, compôs uma canção de teor revolucionário “que luego se convertiría en uno de nuestros himnos [em Devoto], el que nos acompañó todo el tiempo que estuvimos en la cárcel y que se fue transmitiendo de unas a otras, y que era para nosotras un símbolo especial a la hora de darnos ánimos y fuerzas”. Um excerto da letra dizia: “Vamos juntas compañera/ que no tardará en llegar/ nuestro día, nuestra hora/ en que todo ha de cambiar” (p. 57).

Em Villa Devoto, as encarceradas conseguiram também, durante algum tempo, um violão. No entanto, sofriam dos mesmos problemas existentes em Olmos e em outras prisões.

Havia 6 bebês e algumas crianças em Devoto durante a greve de fome realizada em 1975, num total de cerca de 100 prisioneiras (p. 45). O dilema das presas políticas era criar os filhos na prisão, mas próximos de si, ou criá-los em liberdade com os avós, mas distantes das mães. Com a chegada ao poder da junta militar, logo a política de “desaparecimentos” foi estendida aos filhos das presas políticas, mas com a diferença que estes eram tomados das mães, privados de sua identidade e adotados por novas famílias.

## **Maternidade**

Registrou-se presença de muitas mães (com seus filhos) em cárceres por todo o país. Quando Vila Devoto concentrou todas as detidas políticas, o quadro do presídio foi sumamente alterado:

Casi a fines de ese año [1975] la represión se acrecentó en el país y, consecuentemente, las cárceles se llenaron. Fue entonces cuando el grueso de las compañeras fue distribuido en los pabellones de Planta 6. En el pabellón 49 quedamos sólo las madres y las embarazadas, razón por la que el lugar se llamo “Pabellón de Madres”<sup>10</sup>. Durante ese período nacieron alrededor de 17 niños. Logramos una buena organización, tanto para el cuidado de los niños y las tareas cotidianas como para el funcionamiento político. Nos agrupamos alrededor de la “fajina”: mientras un grupo cocinaba otro limpiaba, y otro estudiaba y discutía sobre la situación del país y del mundo entero, a pesar de la escasa información que nos llegaba a través de los familiares. (...)

Concretado ya el golpe militar, el Poder Ejecutivo Nacional sancionó un decreto por el cual los niños podrían permanecer con sus madres sólo hasta los seis meses. Por tal razón la mayoría de los niños que convivían con nosotras debieron ser entregados a los familiares, y yo no volví a tener contacto físico con mi hijo hasta varios años después (p. 103).

O “Pavilhão das Mães” foi desativado para este fim apenas em fevereiro de 1978, embora já estivesse em setembro do ano anterior com 5 mães com seus filhos. A maternidade era um verdadeiro drama no contexto penitenciário. Particularmente nos momentos mais

---

<sup>10</sup> Olmos, no período em que manteve maiores contingentes de mulheres, também chegou a ter um Pavilhão de Mães (Beguán, 2006, p. 127).

tensos, como torturas, traslados de grávidas e greves de fome isso se acentuava. Houve duas greves de fome em Villa Devoto em 1974 e 75: nelas, mulheres grávidas começaram participando do protesto, mas logo tiveram que abandoná-lo para não prejudicar seus filhos.

Embora não tenha havido, por parte do coletivo, dúvida alguma de que as grávidas deveriam abandonar o protesto (talvez mesmo tenha se discutido se deveriam começá-lo), para cada uma das grávidas a ação de garantir o bem-estar do bebê pode ter sido sentida individualmente através do registro da culpa por enfraquecer a resistência coletiva. O contrário, por outro lado, importaria em risco à vida que se carregava – e culpa ainda maior –, o que ilustra como as instituições totais não deixam opção aos internos. Essa é uma de suas características relevantes: a eles não é dada a possibilidade real de decidir pelo melhor: trata-se sempre de minimizar os danos da vivência e dos momentos tensos.

Por sua parte, a repressão argentina sistematicamente instalada a partir do golpe de 1976, tinha uma visão radical da questão da maternidade das prisioneiras. Homens como o general Ramón Camps, chefe de polícia da Província de Buenos Aires, defendiam a necessidade de “eliminar não só os ‘subversivos’, como também seus filhos. Sua tese era a de que até os bebês carregavam uma ‘subversão hereditária’”<sup>11</sup>, ressaltando a visão organicista e biologizante dos dirigentes que se impuseram ao país.

Às grávidas e às mulheres com bebês, portanto, não foi concedido qualquer “privilégio” em relação às outras prisioneiras. Um Centro Clandestino de Detenção (CCD), Pozo de Banfield, local de tortura, depósito e traslado, contou com pelo menos 16 grávidas dentre 182 presos (4 delas passaram por Pozo de Quilmes posteriormente), sendo que destas a maioria deu à luz no próprio cárcere e apenas uma foi liberada. Houve outras 16 grávidas, no mínimo, em Vesubio, que teve um total de 448 presos de 1975 a 78. Outro CCD, La Cacha (Olmos), funcionou de 1976 a 79 e contou com 153 prisioneiros, que foram torturados. Destes, ao menos 14 foram mulheres grávidas. Também em Olmos, a Unidade 8 manteve prisioneiras à disposição do Poder Executivo Nacional (PEN) e funcionou como maternidade clandestina. Ao menos 10 grávidas passaram pela Unidade 8, que funcionou de 1975 a 78<sup>12</sup>. Olmos, assim, registrou o maior número de grávidas (24) dentre as maternidades clandestinas.

Graciela Bofelli, prisioneira em La Rioja, descreve como a pressão do regime se dava até mesmo por ocasião do parto:

---

<sup>11</sup> PALACIOS, Ariel. Argentina julga padre torturador: religioso dava bênção aos militares da ditadura que lançavam presos políticos de aviões no Rio da Prata, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 jul. 2007, p. A18.

<sup>12</sup> ABUELAS de la Plaza de Mayo. Filial La Plata. Maternidades clandestinas. <http://www.abuelas.org.ar/maternidades>. Acesso em: 4 jul. 2007.



Cuando tuve a Federico me llevaron al Hospital de La Rioja, donde me internaron. Allí los médicos, unos compañerazos, impidieron que el pabellón de mujeres estuviera custodiado por militares. Se plantaron desde el punto de vista profesional para que el milicaje no permaneciera cerca nuestro, por lo que pusieron mujeres policías. Paradójicamente algunas de las chicas que eran policías y me custodiaban habían sido alumnas mías en el secundario. Yo era profesora de biología y química, lo cual facilitó enormemente mi estancia, pues me traían diarios y radio. Esto permitió que después del parto, el 16 de agosto de 1977, haya podido tener a Federico conmigo por alrededor de 10 meses, y recién me lo quitaron cuando me llevaron a Villa Devoto. El día del traslado que creo que fue después del mundial de fútbol. Sería más o menos a mediados de 1978 cuando fuimos trasladados a otros penales. En el último de ellos me llevaron a Villa Devoto, donde concentraron a todas las compañeras (p. 135).

Mas nem sempre a resistência de médicos e enfermeiros à intervenção das forças de segurança era bem-sucedida:

Isabella Valenzi, secuestrada y aún desaparecida, fue vista en el “Pozo de Quilmas” en enero de 1977 y trasladada al Hospital Municipal de Quilmes para que diera a luz a una niña. Isabella, a pesar de la custodia, gritó su nombre y el de sus familiares para que fueran oídos por alguien, con la esperanza de que diera aviso a aquéllos sobre su situación. María Luisa, en un acto de gran solidaridad, dio aviso a la familia, y este acto de destacada humanidad le valió que fuera secuestrada el 7 de abril de 1977. Días después, el 14, fue secuestrada la enfermera Genoveva Fratassi, delegada gremial de dicho hospital, que se encontraba junto a ella en el momento del parto. Ambas vistas en el centro clandestino “Vesubio”, las dos se mantienen desaparecidas (p. 236).

A regra em La Rioja era, portanto, um pouco mais “generosa” do que em Villa Devoto, onde as mães podiam ficar apenas 6 meses com seus recém-nascidos. Em Devoto, mesmo antes do golpe de março de 1976, os bebês estavam sujeitos a condições de detenção similares às das mães. Além das condições terríveis de salubridade e espaço,

los bebés permanecem encerrados 22 horas diárias. Cuentan con solo cinco recreos semanales de dos horas cada uno, dado que los días de visita se les suspende como al resto de las personas de la Planta. Cuando se sanciona a los pabellones con quita de

recreos, esta sanción se hace extensiva a los bebés que allí hubiera. Se les prohíbe a las madres la circulación con sus hijos a aquellos lugares donde fuese requerida su presencia (abogados, traslados a tribunales, consultorio médico, etc.) (p. 68).

Em suma, a condição de gravidez ou de maternidade não proporcionava alívio para as prisioneiras, muito pelo contrário: mais dificuldades e pressões se apresentavam por parte das equipes dirigentes das instituições totais a que estavam à mercê.

## **A saída**

Diante desse quadro de horrores praticados pelas forças de segurança argentinas, aqui mencionados de modo muito ligeiro e com recortes temáticos específicos, as prisões impingiam às mulheres nelas custodiadas uma política de “mortificação do eu”, conforme teoriza Goffman, de “aniquilação em vida”, expressão de Flávio Koutzii, ou de “Centralización, Aislamiento, Desarraigo y Destrucción”, nas palavras dos próprios militares.

A vida dos internos dessas instituições totais passava por mudanças profundas e o próprio vocabulário cotidiano se alterava:

Las palabras “chupaderos”, “pozos” y “campos” se hicieron comunes en nuestras conversaciones. Ya habíamos escuchado hablar de los centros clandestinos en Tucumán, como también “Puente 12”, la Brigada de Avellaneda, el Pozo de Quilmes en el Gran Buenos Aires por los relatos del año 75, y ahora se incorporaban a nuestro léxico: Campo de Mayo, Campo de la Ribera, La Perla, el Sótano... (p. 100)

Os principais referenciais da vida civil, desde o momento do ingresso no sistema prisional (clandestino ou não), logo eram perdidos, com destaque para o controle do próprio tempo e espaço, os laços afetivos e mesmo, depois de alguns anos de reclusão, da perda de noção do valor do dinheiro e a desinformação em relação às notícias. Em decorrência dessas vivências, o momento da libertação era vivenciado de modo contraditório:

Yo tenía unos pesos que me alcanzaron para el taxi, y me fui a mi casa en Colegiales. Cuando llegué mi madre no estaba porque había ido a tratar de verme. (...) A partir de ese momento realmente me autorecluí. Tenía mucho miedo dado que no me podía encontrar con nadie. A los que no habían caído presos los habían matado o

desaparecido, o se habían tenido que ir del país – lo que por un momento también pensé hacer – pero luego resolví quedarme debido a que mi madre quedaría sola y había sufrido mucho por mi detención de 2 años y medio.

Nadie me saludaba, ni el portero, ni los vecinos. Yo era como la lepra. Tal fue así que, con mi madre, hacía 10 años que alquilábamos el departamento donde vivíamos, y en ese momento el dueño nos lo pidió y tuvimos que irnos a vivir a otro lugar. Yo no quería salir de mi casa y pensaba mucho en las que habían quedado en Devoto, y en algunos momentos realmente quería estar con ellas. Era una ironía pero me sentía más segura adentro que afuera (donde nadie quería saber nada de mí por haber estado en la cárcel) donde escuchaba continuamente las sirenas no sabiendo si me venían a buscar nuevamente (p. 214).

Esse relato, de Beatriz Serrano após sua libertação, ainda em 1977 (ou seja, sob a cerrada opressão do regime militar) apresenta o desenraizamento social provocado pela prisão e o medo de ser novamente detida, seqüestrada e morta. Se sua mãe a acolheu, o mesmo não ocorreu com vizinhos, porteiros, proprietário do apartamento alugado e outros cidadãos. Além da dificuldade de reinserção na vida civil própria dos egressos do sistema penitenciário, somava-se o estigma da “subversão”, que podia efetivamente representar um risco concreto para as pessoas que se dispusessem a conviver com Beatriz naquele contexto. Uma marca dupla portanto: a da instituição total e a de uma sociedade totalitária. O desenraizamento das mulheres que tinham companheiros consubstanciava-se, por sua vez, no receio de que seus relacionamentos pessoais não sobrevivessem aos anos passados na prisão (p. 395).

Anos antes, em 1979, as listas de libertação de detidos do PEN ampliaram-se, devido à crescente pressão contra o regime. No entanto,

Entonces publicaron, una vez más [1979], una lista de levantamientos de PEN, que engañosamente hacían pasar por libertades. Pero en realidad muy pocas lo fueron porque, en algunos casos estábamos condenadas, en otros estábamos con procesos judiciales abiertos, en otros bajo consejos de guerra, por lo que igual quedábamos detenidas. Y aún las libertades eran restringidas; en la mayoría de los casos se otorgaba la opción para salir del país o la expulsión, en algunos pocos casos se daban arrestos domiciliarios, y más adelante hubo algunas libertades vigiladas. Pero para la mayoría en este momento el destino era el extranjero. Entonces podía ocurrir que alguien que había nacido y crecido en Tucumán terminara en Bélgica, tan poco

“parecido” en clima e idioma, o quien había vivido en Bolivia terminara en Francia. Ellos eran verdaderamente dueños de nuestro destino, y aplicaban una condena extra al transplantarnos dividiendo la familia, obligándonos a adaptarnos a una cultura absolutamente desconocida (p. 320).

O relato de Berta Eugenia Falicoff, já durante a abertura, reitera tais questões:

(...) fue que a fines del año 1982 me otorgaron la libertad vigilada. Ante la imposibilidad de cumplir con las pautas que imponía este tipo de libertad, a la semana de ser liberada nuevamente pesaba sobre mí una orden de captura. No me quedó otra opción que refugiarme como exilada política en el exterior, retornando a mediados del año 1984. No fue fácil aún en el período democrático unir ambas identidades en la que soy, pero aún hoy sigo siendo “la Ale” para mis compañeras de cárcel, y creo que es una forma de complicidad entre las ex presas políticas y una forma más de testimoniar que pudimos, a pesar de todo, resistir los embates del aniquilamiento planificado por los militares para los luchadores populares presos (p. 433).

O exílio, portanto, não era exatamente uma opção para muitos dos libertados e esse fato caracteriza intensamente o sistema penal da ditadura como uma estrutura sistemática de instituições totais interligadas, dando “suporte” à organização de uma sociedade de corte totalitário. Destaca-se a seguinte frase do excerto acima: “eles eram verdadeiramente donos de nosso destino” e mesmo a libertação adquiria o significado de condenação.

O desenraizamento também foi sentido por ocasião da abertura política (1982): “Cuántas veces íbamos por la calle mirando los rostros y creíamos encontrar el del compañero, el del amigo. Pero no, no estaban. Tampoco estaban muchos de nuestros familiares, y emprendimos la búsqueda. Teníamos necesidad de saber, después de tantos años, que había pasado afuera” (p. 469).

### **Considerações finais**

As últimas páginas do Epílogo são reveladoras da dramática situação das detidas e dos reflexos sociais de sua experiência. Narra-se que, após a experiência na prisão, “nada volvió a ser como antes; tampoco nosotras somos las mismas [hoy]” (p. 470), confirmando que aquele sistema prisional deixou marcas indeléveis nas ex-detidas, como é típico ocorrer em

instituições totais. Ao mesmo tempo, a última página lembra que houve momentos de tensão e discordância entre as prisioneiras, particularmente devido às posições políticas tomadas em momentos “como durante el Mundial del 78 o la guerra de Malvinas en el 82, como en el mejor cenario político, no faltaban adjetivos tales como ‘gorilas’, ‘populistas’, ‘reformistas’, o ‘pequeño-burguesas’ (¡tan usados en aquel entonces!). Pero coincidimos cuando decimos resistir para sobrevivir, y definimos el ‘ellos’ y el ‘nosotras’” (p. 471).

A afirmação da identidade das prisioneiras através do antagonismo “ellos” (militares, governo, agentes carcerários) e “nosotras” foi uma inegável mostra de sua união e combatividade coletiva – acima das divergências políticas internas –, seguindo a tradição de resistência e de lutas sociais e políticas que o presídio de Villa Devoto simbolizou na década de 1970. Por outro lado, foi também uma síntese do sentimento de impotência individual diante daquela situação, na qual a única “solução” era não se sentir um indivíduo, mas pertencer a um grupo.

Não à toa, esse elemento identitário se tornou marca constitutiva para o resto de suas vidas após a libertação. Para além do companheirismo que se isso implica, aliviando traumas e tentando reverter os processos de mortificação do eu a que foram submetidas, elas (“nosotras”) ainda sentem-se sob o signo de uma sociedade que vive sob potenciais ameaças – mais ou menos veladas – de que retrocessos políticos venham a acontecer e que os “lobos” saiam novamente de suas “tocas”. Ou que, mesmo sob regime democrático, de que alguns cidadãos (particularmente os que se dispõem a publicizar as violências de outrora) possam ser ameaçados ou tragados pelas “tocas” que ainda subsistem marginalmente nos dias de hoje.

Assim, “nosotras” é um elemento de aglutinação de forças que ainda têm forte sentido simbólico, permitindo inclusive criar condições para se escrever uma obra dessa dimensão. Mesmo permanecendo difícil tratar de temas tais como a separação, seqüestro, perda de identidade e posterior adoção de bebês das prisioneiras por famílias estranhas, *Nosotras* é um notável documento de reflexão acerca do passado e do presente. Uma contínua afirmação de uma tradição de uma resistência que se adaptou às circunstâncias de cada época. “Creo que las palabras de Jean Paul Sartre lo expresan acertadamente: ‘lo importante no es lo que han hecho de nosotros, sino lo que hacemos nosotros de lo que han hecho de nosotros’” (p. 13).